



PERIÓDICUS

ISSN: 2358-0844

n. 10, v. 1 nov.2018-abr. 2019

p. 24-39.

Assassinatos de LGBTs no Brasil – uma análise de literatura entre 2010-2017

Daniel Cerdeira de Souza¹

Ingrid Mesquita Coelho²

Felipe dos Santos Martins³

Eduardo Jorge Sant'Ana Honorato⁴

RESUMO: O Brasil é um dos países com os maiores índices de LGBTfobia no mundo, com altos índices de homicídios por questões de sexualidade e gênero. O artigo objetivou analisar a literatura específica acerca de assassinatos de LGBTs. Espera-se que, a partir desta análise, possam ser estabelecidas hipóteses ou pressupostos como ponto de partida para futuras intervenções e pesquisas sobre o assunto. Como metodologia, o estudo consiste numa revisão de literatura integrativa de cunho descritivo. Como fonte de análise, utilizamos artigos disponíveis nas bases de dados SCIELO, PEPsic, CAPES e BVS publicados entre os anos de 2010-2017. Os achados foram analisados descritivamente através de um protocolo de revisão de literatura formulado pelos autores. Quanto aos resultados, dos 37 artigos colhidos inicialmente, 5 abordaram do tema delimitado, que nos trouxeram dois eixos principais: os assassinatos de LGBTs apontam para a manutenção da heteronormatividade e tais crimes são descritos como uma forma de “higienização” social, onde travestis são as principais vítimas de crimes de ódio letais, que são realizados com extrema crueldade; e as políticas públicas de segurança para LGBTs precisam considerar as categorias de gênero e cultura LGBTfóbica, pois, em alguns momentos, ecoa-se a impressão de que o Estado nada pode ou deve fazer frente tais crimes. Conclui-se que o enfrentamento e prevenção da violência letal contra LGBTs necessita do comprometimento de diversos atores sociais para que o Brasil não vitimize mais a diversidade.

PALAVRAS-CHAVE: Assassinatos; LGBTs; Violência letal; Crimes de ódio.

Abstract: Brazil is one of the countries with the highest rates of LGBTfobia in the world, with high homicide rates due to sexuality and gender issues. The article aimed to analyze the specific literature on LGBT murders. It is hoped that, from this analysis, hypotheses or assumptions can be established as a starting point for future interventions and research on the subject. As a methodology, the study consists of an integrative literature review of a descriptive nature. As a source of analysis, we use articles available in the databases SCIELO, PEPsic, CAPES and BVS published between the years 2010-2017. The findings were analyzed descriptively through a literature review protocol formulated by the authors. Regarding the results, of the 37 articles initially collected, 5 dealt with the delimited theme, which brought us two main axes: LGBT murders point to the maintenance of heteronormativity and such crimes are described as a form of social "hygiene", where travestis are the main victims of lethal hate

¹ Psicólogo, especialista em Terapia Cognitivo Comportamental, mestre em Psicologia pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Membro do grupo de pesquisa Subjetividades, Povos Amazônicos e Processos de Desenvolvimento Humano (CNPq) - UFAM. Atualmente é professor de ensino superior voluntário na Universidade do Estado do Amazonas (UEA). E-mail: dancerdeira01@gmail.com

² Graduanda em Psicologia pela Faculdade Centro Universitário do Norte (UNINORTE). Bolsista do Programa Institucional de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq) da UFAM. E-mail: ingrid-m.c@hotmail.com

³ Graduando em Psicologia pela Faculdade Metropolitana de Manaus (CEUNI/FAMETRO). Participante do Grupo de Pesquisa em Psicologia e Subjetividades na Contemporaneidade – GPSISC. E-mail: fe.lipemartins@outlook.com

⁴ Psicólogo, Doutor em Saúde Pública - Saúde da Criança e da Mulher, com ênfase em Sexualidade, Reprodução, Gênero e Saúde, pela Fiocruz (IFF-RJ). Professor Adjunto na Escola Superior de Ciências da Saúde – (ESA/UEA). Professor no Programa de Mestrado Profissionalizante em Saúde da Família (Abrasco-Fiocruz). Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Promoção e Educação em Saúde - GEPPES (UEA). E-mail: eduhonorato@hotmail.com

Recebido em 02/09/18

Aceito em 13/10/18



PERIÓDICUS

ISSN: 2358-0844

n. 10, v. 1 nov.2018-abr. 2019

p. 24-39.

crimes, which are carried out with extreme cruelty and public security policies for LGBTs, need to consider the categories of LGBT-phobic gender and culture, because at times there is echoed the impression that the State can do nothing or must deal with such crimes. It is concluded that the confrontation and prevention of lethal violence against LGBTs requires the commitment of several social actors so that Brazil does not victimize more diversity.

Keywords: Murders; LGBT's; Lethal violence; Hate crimes.

Resumen: Brasil es uno de los países con los mayores índices de LGBTfobia en el mundo, con altos índices de homicidios por cuestiones de sexualidad y género. El artículo objetivó analizar la literatura específica acerca de asesinatos de LGBTs. Se espera que, a partir de este análisis, puedan establecerse hipótesis o supuestos como punto de partida para futuras intervenciones e investigaciones sobre el asunto. Como metodología, el estudio consiste en una revisión de literatura integrativa de modelo descriptivo. Como fuente de análisis, utilizamos artículos disponibles en las bases de datos SCIELO, PEPSIC, CAPES y BVS publicados entre los años 2010-2017. Los hallazgos fueron analizados descriptivamente a través de un protocolo de revisión de literatura formulado por los autores. En cuanto a los resultados, de los 37 artículos recogidos inicialmente, 5 abordaron el tema delimitado, que nos trajeron dos ejes principales: los asesinatos de LGBTs apuntan al mantenimiento de la heteronormatividad y tales crímenes son descritos como una forma de "higienización" social, donde travestis son las principales víctimas de crímenes de odio letales, que se realizan con extrema crueldad; y las políticas públicas de seguridad para LGBTs deben considerar las categorías de género y cultura LGBTfóbica, pues, en algunos momentos, se echa la impresión de que el Estado no puede o no debe hacer frente a estos crímenes. Se concluye que el enfrentamiento y prevención de la violencia letal contra LGBTs necesita del compromiso de diversos actores sociales para que Brasil no victimice más la diversidad.

Palabras clave: Asesinatos; LGBT; Violencia letal; Crímenes de odio.

1. INTRODUÇÃO

Para elaboração deste artigo, partimos da definição da Organização Mundial da Saúde acerca da violência, sendo esta entendida como o

uso intencional da força ou poder em forma de ameaça ou efetivamente, contra si mesmo, outra pessoa, grupo ou comunidade, que ocasiona ou tem grandes probabilidades de ocasionar lesão, morte, dano psíquico, alterações do desenvolvimento ou privações (KRUG *et al*, 2002).

A violência, portanto, assume várias formas, podendo-se falar atualmente em “violências”. Observando-se a dimensão que ela alcança, percebe-se que é algo que faz parte do cotidiano (SILVA, SANCHES, 2014).

Nos munimos também do conceito de LGBTfobia, que pode ser caracterizada como uma atitude hostil a pessoas LGBTs (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais), de modo a designá-los como inferiores, anormais, desviantes do ponto de vista moral e, portanto, passíveis de sanções sociais que os empurram para a negação de direitos e diversas formas de violência, sendo que estas últimas são compreendidas muitas vezes como “correções” (BORRILLO, 2001; PERUCCHI, BRANDAO, VIEIRA, 2014). Um dos pilares que sustenta a LGBTfobia é a heteronormatividade, pois a partir dela, de acordo com Rubin (1984), é conferido à heterossexualidade e à identidade de gênero cis um *status* superior e a outras manifestações de gênero e sexualidade é conferido um lugar marginal e patológico. A heterossexualidade cisgênera é instituída como a única possibilidade “legítima e natural” de expressão identitária e sexual (WARNER, 1993).

A partir desses conceitos chaves, nos debruçamos sobre a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), que, ao considerar o reconhecimento da dignidade humana constitui o fundamento da liberdade, justiça e paz no mundo, instituiu que todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos, tendo também o direito ao tratamento digno e imparcial.

Já a Constituição Federal do Brasil (1988), afirma como objetivo fundamental do país a promoção do bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação. O Código Penal Brasileiro, por sua vez, assegura a punição em casos em que essa igualdade de tratamento não é aplicada. A lei nº 7.716, de 5 de janeiro de 1989, decreta que serão punidos “os crimes resultantes de discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional”.



Seguindo nesta linha de pensamento dentro do Direito, o Projeto de Lei (PL) 7582/2014 trata dos crimes de ódio e intolerância e cria mecanismos para coibí-los. O PL defende que toda pessoa, independentemente de classe e origem social, condição de migrante, refugiado ou deslocado interno, orientação sexual, identidade e expressão de gênero, idade, religião, situação de rua e deficiência, goza dos direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sendo-lhe asseguradas as oportunidades para viver sem violência, preservar sua saúde física e mental e seu aperfeiçoamento moral, intelectual e social. O projeto define o crime de ódio como a ofensa à vida, à integridade corporal ou à saúde de outrem motivada por preconceito ou discriminação em razão de classe e origem social, condição de migrante, refugiado ou deslocado interno, orientação sexual, identidade e expressão de gênero, idade, religião, situação de rua e deficiência. Atualmente, o PL encontra-se aguardando Parecer do Relator na Comissão de Direitos Humanos e Minorias (CDHM).

A partir disso, objetivamos analisar a literatura científica entre os anos de 2010-2017 sobre assassinatos de LGBTs no Brasil. Escolhemos descritores de acordo com os Decs BVS, sendo: “Crimes AND ódio AND LGBT’s”; “Mortes AND LGBT’s”; “Assassinatos AND LGBT’s”; “Assassinatos AND homossexuais”; “Assassinatos AND Travestis” e “Assassinatos AND Transexuais” e consultamos as bases de dados Scielo, Pepsic, Capes e BVS. Buscamos identificar as motivações para os assassinatos de LGBTs e discutir, à luz da literatura colhida, as políticas públicas referentes aos crimes de ódio que resultam em assassinatos de LGBTs. Os achados foram analisados descritivamente através de um protocolo de revisão por nós formulado.

Em sua pesquisa, os autores Carrara e Vianna (2006) assinalaram duas questões pertinentes à violência letal LGBTfóbica. De um lado, há uma “indiferença policial” na apuração dos crimes, pois para os agentes de segurança, os sujeitos das populações LGBTs vítimas de crime de ódio eram “pessoas desajustadas”. De outro lado, os autores mostram a complexidade da violência letal LGBTfóbica, que opera diferentes hierarquias sociais, deixando claro a existência de uma confluência entre hierarquia de classe e gênero, já que as vítimas são, normalmente, travestis ou homossexuais pobres, envolvidos com prostituição ou moradores de favelas.

A partir de 2011, obtivemos dados sobre violações de direitos contra LGBTs advindos do DISK 100, sendo que nesse mesmo ano houve 1159 denúncias, em 2012 foram 3031, em 2013 foram 1695, em 2014 as denúncias somaram 1013, em 2015 foram reportados 1983 denúncias, já em 2016 foram 1876 violações denunciadas e em 2017 a quantidade de denúncias foi de 1720. Os tipos de violações perpassaram por violência física, psicológica, moral, patrimonial e sexual (BRASIL, 2018). Sabe-se



que muitos desses números não são fidedignos, devido a não notificação ou até mesmo não denúncia. Os dados oficiais não refletem a triste realidade a qual essa população está vulnerável.

De acordo com o terceiro Relatório Sobre Violência Homofóbica no Brasil (BRASIL, 2016) existe um grave quadro de violências LGBTfóbicas no país. Foram reportadas 9,31 violações de direitos humanos de caráter LGBTfóbico do total de denúncias diárias. Em 2013, do total de casos, 5,22 pessoas foram vítimas de violência homofóbica. O perfil da população LGBT mais vitimizada continua sendo os jovens (54,9%), pretos e pardos (39,9%), do sexo biológico masculino (73%), gays (24,5%) e travestis/transsexuais (17,8%).

Segundo a ONG Grupo Gay da Bahia, 445 LGBTs morreram no Brasil, incluindo-se três nacionais mortos no exterior, em 2017, vítimas da homotransfobia: 387 assassinatos e 58 suicídios. A cada 19 horas um LGBT é barbaramente assassinado ou se suicida vítima da LGBTfobia, o que faz do Brasil o campeão mundial de crimes contra as minorias sexuais (MOTT, PAULINHO, 2018).

A partir do exposto, percebe-se que a violência contra LGBTs no Brasil é um problema de ordem social persistente, enraizado culturalmente e negligenciado, então, nos questionamos: O que a literatura entre 2010-2017 tem discutido sobre os assassinatos de LGBTs no Brasil?

2. METODOLOGIA

Este trabalho refere-se a uma pesquisa de natureza descritiva no formato de revisão de literatura. Para Minayo (2004), o estudo descritivo permite compreender o fenômeno sem interferir na realidade do mesmo. Tais pesquisas proporcionam novas visões sobre uma realidade já conhecida (GIL, 2008; PIOVESAN, TEMPORINI, 1995; CRESWELL, 2010; AUGUSTO *et al*, 2013; BREAKWELL *et al*, 2010). Caracteriza-se por uma revisão integrativa. Para Ercole *et al* (2014), esta tipologia de pesquisa tem sido cada vez mais utilizada por pesquisadores na grade área da saúde, uma vez que se busca cada vez mais o conhecimento a partir das práticas baseadas em evidências. Este tipo de revisão objetiva sintetizar a produção sobre determinado assunto, de forma abrangente, sistemática e ordenada. A metodologia seguiu o proposto por Whittimore e Knafl (2005) e Mendes, Silveira e Galvão (2008), uma vez que propõem a inclusão tanto de estudos experimentais como não experimentais, mais adequado ao objeto de estudo em questão.

O primeiro passo metodológico para a elaboração desse estudo foi a escolha dos descritores de acordo com os Decs da BVS, para posterior coleta nos bancos de dados, sendo eles: “Crimes AND



ódio AND LGBT's"; "Mortes AND LGBT's"; "Assassinatos AND LGBT's"; "Assassinatos AND homossexuais"; "Assassinatos AND Travestis" e "Assassinato AND Transexuais". Após essa etapa, definimos os critérios de inclusão, sendo: artigos em língua portuguesa publicados no Brasil entre 2010-2017 que apontem para o tema, e excluimos publicações fora do formato de artigos; fora do intervalo de tempo definido; artigos em outras línguas e de outros países. Após essas definições, passamos a coleta, que foi realizada em agosto de 2018.

Na base de dados Scielo, através dos descritores "Mortes AND LGBT's"; "Assassinatos AND Homossexuais" e "Assassinatos AND Travestis", foi encontrado 1 artigo para cada descritor; com os descritores "Crimes AND ódio AND LGBT's", "Assassinatos AND LGBT's" e "Assassinatos AND Transexuais", não encontramos nenhum artigo. Desta base, colhemos um total de 3 artigos.

Na base PePSIC, através da busca com todos os descritores selecionados, não encontramos nenhum artigo. Na base Periódicos CAPES, tivemos mais resultados. Com os descritores "Morte AND LGBT's"; "Crimes AND ódio AND LGBT's" e "Assassinatos AND LGBT's", encontramos 4 artigos para cada descritor (12, no total). Com o descritor "Assassinatos AND Homossexuais" e "Assassinatos AND Transexuais", encontramos 5 artigos para cada descritor (10, no total) e com o descritor "Assassinatos de Travestis", foram encontrados 9 artigos. Desta base, colhemos um total de 31 artigos.

Na base de dados BVS, com os descritores "Crimes AND ódio AND LGBT's"; "Mortes AND LGBT's"; "Assassinatos AND Transexuais", não foram encontrados nenhum artigo. Para os descritores "Assassinatos AND LGBT's"; "Assassinatos AND Homossexuais"; "Assassinatos AND Travestis" foram encontrados 1 (um) artigo para cada. Desta base, colhemos um total de 3 artigos.

A coleta inicial nos trouxe 37 artigos. O próximo passo foi a exclusão de artigos repetidos. 15 (quinze) artigos foram excluídos por se apresentarem em mais de uma base de dados. Nos restaram 22 artigos, os quais foram lidos a partir dos resumos. Foram excluídos 16 artigos por não contemplarem o tema proposto para análise. Após esse passo, ficamos com 6 artigos que foram lidos de forma integral e analisados descritivamente por dois revisores.

Elaboramos um instrumento para análise descritiva das publicações, contendo título do artigo, identificação dos autores, tipos de pesquisa, ano de publicação, periódicos nos quais foram veiculados tais estudos, bases de dados de origem dos artigos, avaliação qualis, objetivos e resultados obtidos. Seguimos as orientações de Mendes, Silveira e Galvão (2008), que sugerem que as avaliações devem



ser feitas por dois revisores independentes. Ao final da análise, cada revisor deu um parecer “selecionado” ou “descartado” para cada artigo. Caso houvesse divergências entre os pareceristas, um terceiro revisor foi convidado a ler e analisar o artigo em conflito para então passarmos a análise final.

O panorama da coleta de artigos pode ser visto na figura 1, a seguir:

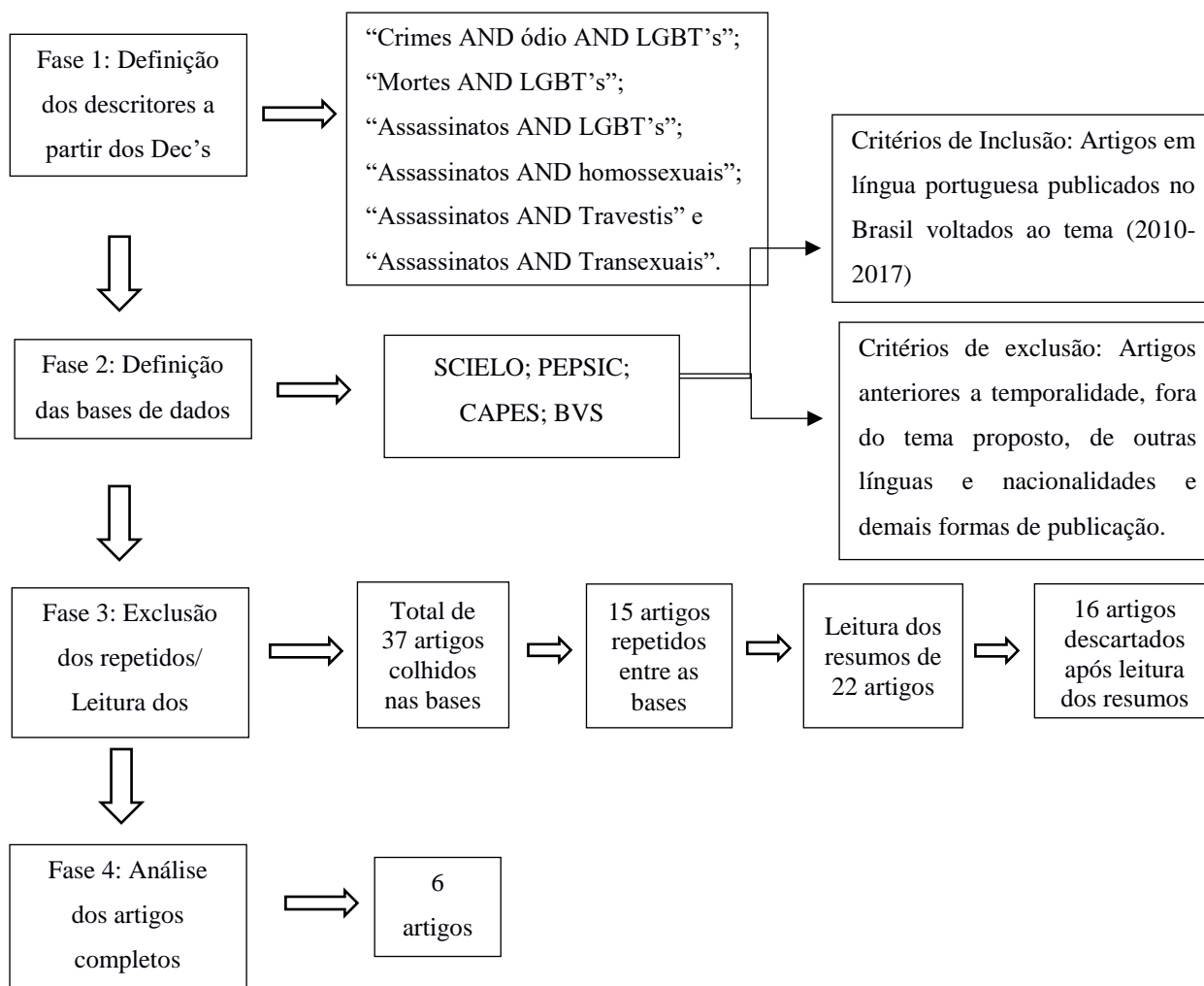


Fig. 1: Diagrama de seleção dos artigos

3. RESULTADOS

Dos 6 artigos selecionados para leitura integral, os dois pareceristas concordaram em excluir 1 artigo por não apresentar dados referentes aos objetivos dessa pesquisa. Nos restou então um total de 5 artigos, dos quais 1 foi retirado da base SciELO, 3 da base Capes e 1 da BVS.

Com referência ao ano de publicação das obras, 1 foi publicado em 2012, 1 em 2013, 2 em



2014 e mais 1 em 2016, ficando um vácuo de pesquisas nos anos 2010, 2011, 2015 e 2017. Quanto ao tipo de estudo, 4 artigos se tratavam de estudos teóricos e 1 referiu-se a um estudo qualitativo. Todas as revistas possuem avaliação qualis no quadriênio 2013-2016, então, relacionamos o qualis mais alto de cada revista, sendo que 2 possuem qualis A1 para Antropologia, 2 possuem qualis A2 nas áreas de Ensino e Artes/Educação, e 1 possui qualis B1 para Linguística e Literatura.

Em síntese, os artigos selecionados são descritos na tabela 1, a seguir:

Base	Título	Autores	Tipo de Pesquisa	Ano
SCIELO	Corpos brutalizados: conflitos e materializações nas mortes de LGBT	FILHO	Qualitativa	2016
CAPES	Situações limite decorrentes da violência de Gênero	MENEGHEL	Teórica	2012
	Políticas públicas de segurança para população LGBT's no Brasil	MELLO, DE AVELAR, BRITO	Teórica	2014
	Vidas vivas inviáveis: etnografia sobre os homicídios de travestis no tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul	BECKER, LEMES	Teórica	2014
BVS	Assassinatos de travestis e “pais de santo” no Brasil: homofobia, transfobia e intolerância religiosa	FERNANDES	Teórica	2013

Tab. 1: Caracterização dos artigos analisados

Quanto aos objetivos e principais resultados das pesquisas, os distribuiremos na tabela 2, a seguir:

Autor (es)	Objetivos da pesquisa	Principais resultados
FILHO	Compreender os conflitos e materializações constituintes das mortes de LGBT reivindicadas, pelo Movimento como crimes de ódio.	O discurso da brutalidade das violências atua na formação identitária do Movimento LGBT ao postular suas estratégias e pautas políticas. As imagens de brutalidade acionadas pelo Movimento performatizam os corpos das vítimas e auxiliam no forjamento desses como vitimados, em especial, pela homofobia.
MENEGHEL	Apresentar a síntese do Seminário Rotas Críticas III – Porto Alegre/Brasil	O uso da categoria de gênero potencializa a análise das mortes violentas e das situações limites das violências de gênero, onde a partir da operacionalização deste conceito, retira-se a conotação individual do acontecimento violência e passa-se a trabalhar a perspectiva social e coletiva.



MELLO, DE AVELAR, BRITO	Analisar criticamente ações, planos e programas governamentais, no campo da segurança pública, voltados para a população LGBT, no Brasil.	Há a impressão de que muito se foi desenvolvido no que diz respeito a políticas públicas de segurança para LGBTs, porém, todas as iniciativas que já foram tomadas se demonstraram insuficientes frente ao quadro de violência que atinge essa camada da população, onde a questão das violências contra LGBTs talvez extrapole as capacidades do Estado e as possibilidades de atuação governamental devido ao heterossexismo cultural.
BECKER, LEMES	Analisar as representações sobre as travestis nos enunciados judiciais produzidos pelo Tribunal de Justiça do Mato Grosso do Sul (TJMS).	O estudo reiterou que travestis são “invisíveis” socialmente. Há um descaso social quando estas estão vivas e raramente há desdobramentos nas investigações quando são mortas. As travestis só ganham visibilidades quando mortas. A violência simbólica do não reconhecimento do nome social e o estigma HIV/Aids também apareceu na pesquisa.
FERNANDES	Discutir a vulnerabilidade de travestis e homens homossexuais ligados às religiões afro-brasileiras à violência letal no Brasil, onde não há legislação específica para caracterizar crime homofóbico ou transfóbico.	Existe uma regularidade da presença de lideranças de religiões afro-brasileiras nas estatísticas de violência letal homofóbica no Brasil. Por detrás desse contexto de violência homofóbica no Brasil há uma constante contradição em que diversos atores sociais estão mobilizados na construção de respostas contra as violências, mas elas ainda ocorrem, e quando são feitos os recortes por raça, e religião, mostra-se que as mortes seguem hierarquias sociais construídas historicamente.

Tab. 2: Objetivos e principais resultados dos artigos analisados

As motivações para os assassinatos de LGBTs

A revisão nos permitiu uma melhor compreensão sobre as motivações para os assassinatos de pessoas LGBTs. Os dispositivos de gênero apareceram, em todos os textos analisados, como um dos principais motivadores dos assassinatos de LGBTs, principalmente das travestis. Esses são crimes decorrentes das atitudes transfóbicas de rejeição e negação a outras modalidades de vínculo amoroso e sexual que não o heterossexual cisgênero e monogâmico. Dessa rejeição têm surgido atitudes de violência física e simbólica, que, no limite, são responsáveis por mortes ou mutilações físicas e psicológicas, como têm denunciado as entidades de defesa dos direitos humanos ao mostrar que ocorreram mais de 2000 assassinatos de pessoas LGBTs nos últimos anos no Brasil (MENEGHEL, 2012).

De acordo com Becker e Lemes (2014), as travestis tendem a ser vitimadas em maiores proporções sob a modalidade de homicídio classificada como ‘execuções’, contrapondo-se aos



assassinatos passionais ou aqueles que decorrem da atividade de roubo, incluindo o latrocínio. As execuções sofridas por travestis devem-se em grande medida tanto ao envolvimento com a atividade de prostituição, que as colocam em maior exposição pública, quanto ao modo pelo qual a transfobia as atinge. Isso porque a exibição ou a incorporação de atributos de gênero não conformado ao sexo designado na certidão de nascimento as tornam vítimas preferenciais de violência LGBTfóbica em diferentes contextos, inclusive as violências letais. Em um dos julgamentos por execução de travestis analisados na pesquisa destes autores, o autor do assassinato, em uma espécie de higienização social, afirma que pretendia ‘limpar’ a cidade, matando as travestis, muito embora ele mesmo tenha se envolvido com uma delas e contraído HIV. A postura do autor dos crimes apresenta, assim, as travestis não como pessoas, mas como “sujeira” social que precisava ser “limpa”. A perspectiva de limpeza e higienização da cidade também advém do estigma de HIV, que relaciona o vírus somente a pessoas LGBTs.

Filho (2016) cita, ao logo de sua pesquisa, algumas motivações para os assassinatos de LGBTs. A primeira está vinculada ao sentimento de impunidade, pois quando se mata um LGBT, no imaginário do agressor, além de estar limpando a sociedade, está fazendo um favor e protegendo a mesma através do ato de violência. Dessa forma a legitimidade do homicídio é associada à certeza da impunidade. O autor cita ainda que a LGBTfobia é o que garante inteligibilidade para os crimes, pois, se ela não explica totalmente o crime, minimamente oferece pistas das vinculações dessas violências com a sexualidade e a identidade de gênero da vítima. Tais pistas se tornam mais evidentes quando a brutalização dos corpos demonstra seus laços com a brutalização do sexo: o golpe de faca peixeira no ânus, a morte antecedida pelo estupro, o pênis decepado e enfiado na boca. O autor correlaciona sexualidade, crime e violência, afirmando que se constituem reciprocamente. Para o mesmo, parte significativa, embora não se saiba se majoritária, dos casos denunciados pelo movimento LGBT arregimentam essa associação. Ele cita através das narrativas dos entrevistados a possível relação dos crimes com a prostituição, roubo, venda e consumo de drogas, onde esses elementos provocam uma maior vulnerabilidade por estarem em ambientes de periculosidade pública.

A literatura discute que os assassinatos de LGBTs (e mais uma vez, principalmente os das travestis) ocorrem frequentemente fora do lar, por arma de fogo, facadas e espancamentos e a maioria corresponde a crimes de execução. Eles pontuam ainda que um dos fatores que aumenta a vulnerabilidade das travestis ocorre pela atividade de prostituição na rua, que as coloca numa posição de maior exposição a transfobia. Há casos em que a identidade de gênero suposta da vítima, o fato de “ser travesti”, parece ser o fator determinante da execução, que assume as feições de crime de ódio



(MENEGHEL, 2012; FERNANDES, 2013).

Apesar da multiplicação das igrejas inclusivas, o extremismo e conservadorismo de igrejas propagam a orientação sexual e identidade de gênero das pessoas LGBTs como uma “ameaça” à sociedade (FERNANDES, 2013; BECKER, LEMES 2014). Esse mecanismo acaba por legitimar o homicídio desses sujeitos, já que tais mortes representariam uma forma de tornar a sociedade pura e limpa, além de serem compreendidas como punição divina. As perspectivas morais a serviço da heteronormatividade funcionam como propulsores das mortes de LGBTs, seja pelo suicídio ou pelo assassinato.

Políticas públicas referentes aos crimes de ódio no formato de assassinato contra LGBTs

O movimento LGBT trata-se de um movimento que se baseia na própria Constituição Federal, que reconhece a segurança como um dos direitos individuais fundamentais, artigo quinto, e também como direito social, artigo sexto, definindo-a, no artigo 144, como dever do Estado e direito e responsabilidade de todo. A reivindicação de políticas públicas de segurança constitui, na atualidade, uma das principais demandas do movimento LGBT brasileiro (MELLO, DE AVELAR, BRITO, 2014).

Não há como se pensar as políticas públicas no Brasil contemporâneo sem levar em conta os embates de gênero, sexualidade e religião e demais diversidades (MELLO, DE AVELAR, BRITO, 2014). Essas questões têm sido estruturantes e definidoras de posições na cena social. Alguns caminhos para a produção de políticas públicas de segurança para LGBT são percorridos na literatura analisada. A violência letal LGBTfóbica começou a ser documentada, no país, através da ação pioneira do Grupo Gay da Bahia (GGB), sob a liderança do antropólogo Luiz Mott, no início dos anos 1980 (FERNANDES, 2013).

O mesmo autor ainda cita que nos dias 02 e 03 de agosto de 2012 foi realizada a “Mostra Audiovisual Homossexualidades, Racismo, Educação e Violências: a obra de Vagner de Almeida”. O objetivo da mostra foi de provocar discussões sobre cidadania e igualdade de gênero através de filmes. A primeira sessão de filmes conta a história de vida de Janaína Dutra, uma ativista e a primeira advogada travesti do Brasil, morta em 2004, cuja persona é muito respeitada no movimento LGBT nacional, uma vez que Janaína foi responsável pelo desenho da primeira política pública federal de



defesa dos direitos humanos de travestis, além de ter sido autora do modelo das leis antidiscriminação, hoje, aprovadas em várias cidades brasileiras.

As outras sessões foram “Lesbianidades”, “Identidades”, “Juventudes e Educação” e “Homofobia e Intolerância Religiosa”. Nesta última, foram exibidos os filmes “Basta Um Dia” e “Sexualidades e Crimes de Ódio”. O documentário “Basta Um Dia” aborda a violência contra homossexuais na Baixada Fluminense, região periférica do Rio de Janeiro. “Basta Um Dia”, de Vagner de Almeida denuncia a violência letal, mas, também, a violência simbólica a que são submetidas as pessoas LGBT de camadas populares no Brasil. A mostra foi avaliada como um sucesso, tendo alcançado tanto seus objetivos de formação da Comissão Organizadora e das pessoas interessadas na I Conferência, como propiciado os debates necessários para a construção coletiva da política municipal de combate à LGBTfobia e promoção da cidadania desse público (FERNANDES, 2013).

No estudo de Meneghel (2013), é relatado o Seminário Internacional Rotas Críticas III: Situações limites da violência de gênero, realizado em Porto Alegre, na UFRGS. A autora discute que o evento foi estruturado contemplando dois enfoques temáticos: as situações limites como final de rotas críticas e violentas, incluindo os feminicídios e outros assassinatos baseados em gênero, e as estratégias de enfrentamento às violências. A autora pontua também algumas iniciativas do Ministério da Saúde referente à criação da política nacional de redução da morbimortalidade por acidente e violências. Dessa maneira, o Ministério da Saúde passou a reconhecer as violências, dentre elas a baseada em gênero e a LGBTfóbica, como um dos principais problemas de saúde pública e de cidadania no Brasil e se responsabiliza por atuar intersetorialmente na prevenção, atenção e reabilitação das pessoas em situação ou risco de acidentes e violências, trabalhando também questões de vulnerabilidades. Outra iniciativa do Ministério da Saúde foi a implantação do sistema de informação sentinela de violência para monitorar o comportamento desses agravos nos diversos segmentos populacionais. Em relação a essa temática a autora corrobora com Becker e Lemes (2014), afirmando que mortes violentas baseadas em gênero, dentre elas, as LGBTfóbicas, como no caso da travesti Dandara, são publicizadas, parecendo atrair a curiosidade pública, em detrimento de outras que permanecem invisibilizadas. É observado a mobilização da população referente a violências contra jovens de classes médias e altas, mas o desinteresse em relação as violências sofridas por pobres, negras, trabalhadoras do sexo, incluindo-se as travestis, violências essas que permanecem impunes.



O estudo de Mello, De Avelar e Brito (2014) cita que políticas públicas para LGBTs floresceram na 1º e 2º Conferências Nacionais LGBT, convocadas pelo Governo Federal e realizadas em 2008 e 2011, respectivamente. Surgiram várias propostas no campo da segurança pública para todas as pessoas potencialmente vítimas de LGBTfobia. Os autores afirmam que o programa e iniciativas na área da segurança pública para LGBT podem ser classificados em pelo menos duas modalidades. Por um lado, destacam-se os esforços realizados para lidar com as situações de violência já praticadas, como a criação de delegacias especializadas, a atuação da defensoria pública, a regulamentação de visitas íntimas para casais de pessoas do mesmo gênero/sexo e a gestão da informação sobre todos esses eventos. Por outro, são crescentes as iniciativas por meio das quais se busca evitar que situações-limite aconteçam. Em 2004, foi publicado o *Brasil sem Homofobia*, que tem, em sua estrutura, 11 campos de ação, entre eles um que trata do “Direito à segurança: combate à violência e à impunidade”. Três anos depois de sua publicação, uma iniciativa da sociedade civil apoiada pelo Governo Federal representou um marco no campo da segurança pública para LGBT, que foi o I Seminário Nacional de Segurança Pública e Combate à Homofobia, realizado em 2007, que teve como principais objetivos a “construção coletiva de diretrizes para a criação do Plano Nacional de Segurança Pública para o Enfrentamento da Homofobia”. Em maio de 2009, a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República (SDH) apresentou o Plano Nacional LGBT, como desdobramento da 1ª Conferência Nacional LGBT, trazendo diretrizes e ações para a elaboração de políticas públicas para essa população, ao final de 2009 foi divulgado o Plano Nacional de Direitos Humanos 3, nos termos do Decreto n. 7.037, assinado pelo Presidente da República, em que se encontram sete ações relativas à segurança pública para a população LGBT, entre as quais se destaca a produção de relatórios de acompanhamento das políticas contra a discriminação. Também foram identificadas, no levantamento de dados feito pelos autores, três portarias e uma ferramenta de gestão educacional e pedagógica do Governo Federal, que têm relação com a área de segurança para a população LGBT: a Portaria n. 21, de 10 de julho de 2009, a Portaria n. 25, de 25 de agosto de 2010, e a Portaria n. 26, de 26 de agosto de 2010, todas da Secretaria Nacional de Segurança Pública (Senasp - Ministério da Justiça), que versam sobre o mesmo tema. Os autores levam também a uma reflexão sobre as políticas públicas, afirmando que nunca se teve tanto e o que há é praticamente nada. Este é o paradoxo com o qual estes concluem a temática do estudo realizado sobre políticas públicas para a população LGBT no Brasil.

As políticas públicas referentes aos crimes de ódio no formato de assassinatos contra LGBTs não foram identificadas no estudo intitulado *Vidas vivas inviáveis: Etnografia Sobre os Homicídios de Travestis no Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul*, porém, o trabalho levanta questões importantes sobre o tema. Os autores pontuam que os crimes de execução que atingem, sobretudo,



travestis são maciçamente arquivados, enquanto que em outras formas de violência letal contra homossexuais, a taxa de arquivamento mantém-se alta, mas cai para 50%. Eles posicionam-se ainda em relação à condenação de pessoas que assassinaram ou tentaram assassinar travestis. Diante dos 23 julgamentos analisados, em 4 deles houve tentativas de assassinato contra elas, onde em todos os 4 casos os réus foram condenados e tal fato leva a refletir sobre a questão de que as travestis passam a ter vida reconhecida apenas quando já não tem vida viva, postura essa fruto de um descaso social quando as mesmas estão vivas (BECKER, LEMES, 2014).

O movimento LGBT expõe a violência e, sobretudo, as mortes de pessoas LGBTs como parte das estratégias políticas, visando, através dessas exposições, legitimar a permanência e a necessidade de mais políticas voltadas para esse público e o reconhecimento para as vulnerabilidades dos mesmos. As narrativas de violência, consubstanciadas pelas imagens de brutalidade, fazem-se presentes no cotidiano dos ativistas. Próximos ou distantes, os mortos são contados e a violência passa a ser detalhadamente conhecida. No recurso às mortes, as vidas dos mortos são esquadrihadas em socorro às vidas dos vivos. As falas por parte do movimento LGBT emergem na denúncia da LGBTfobia e da premência do acesso a direitos. Essas falas sobre as violências e os corpos brutalizados nos relatórios e denúncias possibilitam a ação política do movimento LGBT num contexto repleto de outras violências brutais. Os integrantes do movimento não só se entendem como vítimas possíveis, como, não raras vezes, veem os nomes de seus companheiros ingressarem nas listas dos mortos. Em algum sentido, a exposição de cabeças esmagadas, órgãos genitais decepados e corpos crucificados “humaniza” as mortes pranteadas, os corpos destroçados e as vidas pelas quais o movimento LGBT existe (FILHO, 2016).

4. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Finalizamos este estudo com dois questionamentos: se o Brasil é o país em que há tantas mortes de pessoas LGBTs no mundo, por que tão poucas pesquisas sobre o tema foram encontradas? Quanto vale uma vida LGBT? A manutenção da heteronormatividade custa caro à sociedade, cobrando desde vida de mulheres heterossexuais até LGBTs.

A questão da segurança de pessoas que não atendem às normas sexuais de gênero é algo que há poucos anos começou a ser tratada no Brasil, porém, a força das classes conservadoras para a manutenção da hegemonia heterossexual tem criado diversas barreiras para a permanência e funcionamento efetivo de políticas que garantam a integridade de tais pessoas.



Em 2013, o Ministério da Saúde Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais lança um olhar de cuidado, preconizado pelos princípios de Equidade e Integralidade. Esse documento reafirma a necessidade de políticas públicas de segurança como uma agenda política necessária para a redução das desigualdades. O seu papel, enquanto sistema de saúde, é garantir, por exemplo, protocolos de atendimentos contra violências, considerando gênero e orientação sexual. Ou seja, é trabalhar com a consequência. A quem cabe então a prevenção e redução desses crimes, para que esses protocolos não sejam utilizados?

Nesse ponto as políticas públicas de saúde e de segurança pública se entrecruzam, uma vez que estes grupos passam a ser considerados mais vulneráveis. Entretanto, é possível verificar que apenas na Saúde esta questão tem recebido olhar específico, cabendo aos legisladores maior atenção às políticas de segurança. Não se trata de privilégios, mas de um olhar com equidade, princípio basal do SUS que poderia ser usado na segurança pública.

Aqui, ressaltamos a imediata necessidade de pesquisas que deem subsídios para o desenvolvimento de estratégias que culminem na modificação da cultura que mata LGBTs. Com esse estudo, esperamos contribuir para a compreensão dos pressupostos que legitimam e invisibilizam o genocídio de pessoas LGBTs no Brasil.

Referências

AUGUSTO, Cleiciele Albuquerque et al. Pesquisa Qualitativa: rigor metodológico no tratamento da teoria dos custos de transação em artigos apresentados nos congressos da Sober (2007-2011). *Rev. Econ. Sociol. Rural*, Brasília, v. 51, n. 4, p. 745-764, 2013.

BORILLO, Daniel. *Homofobia*. Barcelona: Ediciones Bellaterra, 2001.

BRASIL, Ministério dos Direitos Humanos. *Balanço Disk 100*, 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/2LIPzBL>>. Acesso em 25 ago 2018.

BRASIL, Ministério dos Direitos Humanos. *Política nacional de saúde integral de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais*. Brasília, 2013. Disponível em: <<https://bit.ly/1M7JRYK>>. Acesso em 01 set 2018.

BRASIL. Assembleia Legislativa. Projeto de Lei 7582/2014. *Dispõe sobre os crimes de ódio e intolerância e cria mecanismos para coibi-los*. Disponível em: <<https://bit.ly/2z6MQtD>>. Acesso em 25 ago 2018.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Lei n. 7.716, de 5 jan. 1989. *Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor*. In: Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, DF, 5 jan. 1989. Disponível em: <<https://bit.ly/2DhhTFW>>. Acesso em 25 ago 2018.



BRASIL. *Relatório sobre Violência Homofóbica no Brasil: ano de 2013*. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, 2016. Disponível em: <<https://bit.ly/2z49SRI>>. Acesso em 25 ago 2018.

BREAKWELL, Glynis et al. *Métodos de pesquisa em psicologia*. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CARRARA, Sérgio; VIANNA, Adriana. "Tá lá o corpo estendido no chão...": a violência letal contra travestis no município do Rio de Janeiro. *Physis: revista de saúde coletiva*, v. 16, p. 233-249, 2006.

CRESWELL, John. *Projeto de pesquisa. Métodos qualitativo, quantitativo e misto*. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DECLARAÇÃO UNIVERSAL DOS DIREITOS HUMANOS. Assembleia Geral das Nações Unidas em Paris. 10 dez. 1948. Disponível em: <<https://bit.ly/2vNPge1>>. Acesso em 25 ago 2018.

ERCOLLE, Flavia Falci; MELO, Laís Samara; ALCOFORADO, Carla L.G.C. Revisão Integrativa versus Revisão Sistemática. *REME • Rev Min Enferm*. Belo Horizonte, v. 18, n. 1, p. 1-26, 2014.

GIL, Antonio Carlos. *Como elaborar projetos de pesquisa*. São Paulo: Atlas, 2008.

KRUG, Etienne et al. (eds.). *World report on violence and health*. Geneva: World Health Organization, 2002.

MENDES, Karina Dal Sasso, SILVEIRA, Renata Cristina de Campos Pereira, GALVÃO, Cristina Maria. Revisão integrativa: método de pesquisa para a incorporação de evidências na saúde e na enfermagem. *Texto Contexto Enfermagem*. Florianópolis, v. 17, n. 4, p. 758-64, 2008.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. *O desafio do conhecimento: Pesquisa qualitativa em saúde*. 8 ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

MOTT, Luiz; PAULINHO, Eduardo Michels. *Mortes violentas de lgbt no brasil relatório - 2017*. Grupo Gay da Bahia, 2018. Disponível em: <<https://bit.ly/2RNLCdy>>. Acesso em 25 ago 2018.

PERUCCHI, Juliana; BRANDAO, Brune Coelho; VIEIRA, Hortênsia Isabela dos Santos. Aspectos psicossociais da homofobia intrafamiliar e saúde de jovens lésbicas e gays. *Estud. psicol. (Natal)*, Natal, v. 19, n. 1, p. 67-76, 2014.

PIOVESAN, Armando; TEMPORINI, Edméa Rita. Pesquisa exploratória: procedimento metodológico para o estudo de fatores humanos no campo da saúde pública. *Rev. Saúde Pública*, São Paulo, v. 29, n. 4, p. 318-325, 1995.

RUBIN, G. Thinking sex: Notes for a radical theory of the politics of sexuality. In: VANCE, C. S. (Org.). *Pleasure and danger: Exploring female sexuality*. Londres: Routledge, 1984.

SILVA, Maria Amarilda Ribeiro Borges da; SANCHES, Mário Antonio. Não desista de ser feliz: Um ensaio sobre a permanência de mulheres em relacionamentos com homens violentos. *Caderno teológico da pucpr*, Curitiba, v.2, n.1, p.113-134, 2014.

WARNER, Michael. *Fear of a queer planet*. Minneapolis: University of Minnesota, 1993.

WHITTEMORE, Robin; KNAFL, Knalf. The integrative review: updated methodology. *Journal of Advanced Nursing*, Bethesda, v. 52, n. 5, p. 546-553, 2005.

